



Territórios tensionados: uma amostra do antropoceno no cenário de Campo Grande, MS

Tatiana Quintana Samper Lovatto (UCDB¹ - tatisamper@gmail.com)
Sumaia Abdallah Sleiman (UCDB - sleimansu@gmail.com)

Resumo: Este ensaio tem como objetivo geral discutir a forma como as práticas de violência institucional e de racismo ambiental impactam a vida de pessoas historicamente vulnerabilizadas, ao lançar luz sobre o cenário das favelas de Campo Grande - MS. A partir da revisão bibliográfica, nossa fundamentação se assenta nas leituras de Cutzen e Stoemer (2020) acerca da era do Antropoceno, nas proposições de Latour (2020) e sua concepção de Pluriverso, assim como nos estudos de pesquisadores latino americanos e suas críticas ao modelo de desenvolvimento e nos trabalhos de autores brasileiros sobre populações negras e tradicionais. Os dados apresentados indicam que a modernidade se articula em um discurso desenvolvimentista de progresso que tem causado danos à vida no planeta Terra. Ao final, tecemos críticas ao modelo de desenvolvimento, em busca de uma ampliação de espaços de escuta e de direitos.

Palavras-chave: Antropoceno, Racismo ambiental, Favelas

Tensioned territories: a sample of the Anthropocene in the scenario of Campo Grande, MS

Abstract: This essay has the general objective of discussing how practices of institutional violence and environmental racism impact the lives of historically vulnerable people, by shedding light on the scenario of the favelas of Campo Grande - MS. Based on the bibliographic review, our foundation is based on Cutzen and Stoemer's (2020) readings about the Anthropocene era, on Latour's (2020) Pluriverse concept, as well as on the studies of Latin American researchers and their criticisms of development model and in the works of Brazilian authors on black and traditional populations. The data presented indicate that modernity is articulated in a developmental discourse of progress that has caused damage to life on planet Earth. In the end, we criticize the development model, in search of an expansion of listening spaces and rights.

Keywords: Anthropocene, Environmental racism, Favelas

Os desastres ambientais e crises climáticas têm se intensificado nas últimas décadas e se tornado pauta recorrente, sendo discutido com muita preocupação e urgência nas diversas conferências ao redor do mundo. Em 1992, instaurou-se um órgão com diversos países-membros com a finalidade de avaliar a situação das mudanças climáticas no planeta, o qual foi

¹ Universidade Católica Dom Bosco de Campo Grande



denominado Conferência das Partes (COP)². Os países-membros da COP se reúnem anualmente desde 1995 propondo posturas efetivas para mitigar os impactos causados ao planeta pelos homens. O escalonamento desenfreado das crises dos últimos anos — a exemplo da emergência sanitária causada pela Covid-19 em 2020, da climática com as enchentes, e da social com a crise financeira — demonstra uma urgência em se discutir esses temas que impactam na vida de milhares de pessoas ao redor do mundo.

Em 2021, a Organização Meteorológica Mundial (OMM) divulgou um boletim alertando sobre o aumento da quantidade de gases de efeito estufa na atmosfera desde a "era pré-industrial". Só em 2020, a concentração de dióxido de carbono (CO₂) aumentou 149% acima do nível pré-industrial³.

A expansão da espécie humana e o aumento da exploração dos recursos naturais, como a exploração do solo ou a urbanização, têm provocado o seu esgotamento em níveis extremos ao longo dos anos, a partir da industrialização e colonização dos povos. A superfície da terra foi modificada pela ação humana em 30% – 50% Vitousek (1997). O termo “Antropoceno” — nova era — surge como categoria em 2000, com Paul Crutzen e Eugene Stoermer, ao considerarem que os impactos ambientais de escala global são advento das atividades humanas. A proposição de uma nova época geológica é marcada pelos impactos de escala e dimensão antrópicas na autorregulação do planeta, processos esses decorrentes do impacto humano sobre a Terra, como a liberação de SO₂ que é de 160 Tg/ano em termos globais, isto é, duas vezes maior que a soma de todas as emissões naturais Watson (1990).

Alguns geólogos definem o Antropoceno como o ciclo que inicia a instabilidade climática por fatores de intervenção humana desenfreada. Diversos cientistas comprovam os graus de intervenção humana nos ciclos de carbono e nitrogênio Veiga (2019). Torna-se, portanto, inevitável o desenvolvimento de estratégias que conduzam a humanidade a um contexto de sustentabilidade, como tarefa de diminuir as tensões induzidas pelo homem, guiando a humanidade em direção a uma gestão global Schellnhuber (1999).

² A última Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP27) foi realizada na cidade de Sharm el-Sheik, no Egito, e contou com um grupo de 12 senadores brasileiros. Os principais temas debatidos foram: adaptação climática, mitigação dos gases do efeito estufa, impacto climático na questão financeira e a colaboração para conter o aquecimento global.

³ A "era pré-industrial" data o ponto em que a atividade humana começou a ser um fator desestabilizador em relação ao meio ambiente.



As discussões acerca da complexidade das crises ambientais, sanitárias e climáticas — que interferem diretamente nas situações econômicas e sociais — não podem ser reduzidas a problemas de escala natural, é necessário que haja consciência que a "era presente", ou seja, o Antropoceno⁴, passa por catástrofes de escala global por conta da interferência humana na natureza. É necessário também que tanto as conferências mundiais se tornem palco principal para a criação de medidas de proteção e redução de danos a longo prazo. O Antropoceno aparece, portanto, como categoria e alternativa para se pensar o novo regime climático a partir de uma ética ambiental que pense a co-dependência entre humano e natureza LATOUR (2020).

Em 2021, a Organização Meteorológica Mundial (OMM) divulgou um relatório mostrando que as altas concentrações — sem precedentes — de gases de efeito estufa e a alta temperatura de calor na atmosfera, além do aumento do nível do mar e a constante acidificação dos oceanos têm relação direta com o projeto de modernidade do desenvolvimento humano. Segundo o professor Petteru Taalas⁵ (2021), secretário da WMO, “existen cada vez más pruebas científicas que indican que algunos de estos fenómenos llevan el sello del cambio climático causado por las actividades humanas”.

Com a aceleração da crise climática e sua gravidade explícita nas dimensões do habitar terrestre, alguns autores buscam um certo retorno ao mundo natural, às suas leis e seu domínio. A modernidade apresentou uma forma de adestramento da natureza com suas violências — sociais e ambientais — e as consequências disso podem ser muito bem observadas nos últimos temas de mais urgência debatidos em conferências ao redor do mundo. As catástrofes ambientais e sanitárias dos últimos anos têm levado os pesquisadores e a sociedade não só a debater sua origem e formas de mitigação urgentes, mas também a superação da ordem social em curso como aparece na bibliografia referente ao Antropoceno. Para que não ocorra a apropriação das lutas pelo próprio capitalismo, neutralizando os discursos de reivindicação, como ocorre em casos como o capitalismo verde é necessário a superação da ordem vigente.

O individualismo característico do sistema capitalista que surge com a modernidade, demonstra total inadequação na construção de uma sociedade ou mundo que seja habitável para

⁴ Para os autores Crutzen e Stoermer o começo do “antropoceno” se encontra na última parte do séc. XVIII cientes que alternativas podem ser propostas para a mudança. O critério usado para tal data é o ponto em que se começam a observar os efeitos globais decorrentes das atividades humanas. Esta data possui relação direta com a intervenção da máquina a vapor de James Watt em 1784.

⁵ Fala do professor Petteru Taalas no segundo dia da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas. Glasgow, Reino Unido, 2021.



todos, uma vez que não opera para que ocorra uma mudança estrutural significativa, mas sim para garantir seus interesses de dominação, coerção e exploração social. Porém, agora que despertamos do sono da modernidade, em que o progresso a qualquer custo era o horizonte com que a sociedade sonhava, é preciso pensar o custo do progresso e até onde o horizonte vai, pois parece que ultrapassamos uma barreira biosférica.

Segundo Latour (2020), é necessário pensar um outro arranjo cosmológico a partir do conceito de mundo como Pluriverso, onde interagem múltiplos atores de diversas formas. Ao pensarmos essa sociedade em comum, compreendemos que é necessária uma mudança nos modos de existência e de fazer política nas sociedades atuais e que não há mais lugar para os modelos sociais individualistas. A mudança precisa ser inclusiva e terrestre, de fora para dentro, das periferias até o centro da sociedade; contemplando o papel dos humanos nas dinâmicas biológicas, relacionando a questão social com a crise ecológica. Esta nova proposta cosmológica visa a superação do projeto da modernidade que cria uma oposição entre natureza e cultura.

O crescimento populacional e econômico pós Segunda Guerra Mundial fez com que a Terra ultrapassasse a sua capacidade causando um “estresse”, que produziu uma escassez dos recursos naturais e, conseqüentemente, mudança climática extrema. Alguns geógrafos chamam esse fenômeno de Pegada Ecológica, uma metodologia de contabilidade ambiental que avalia a demanda desenfreada de recursos e também o nível de degeneração do planeta gerado por tais demandas.

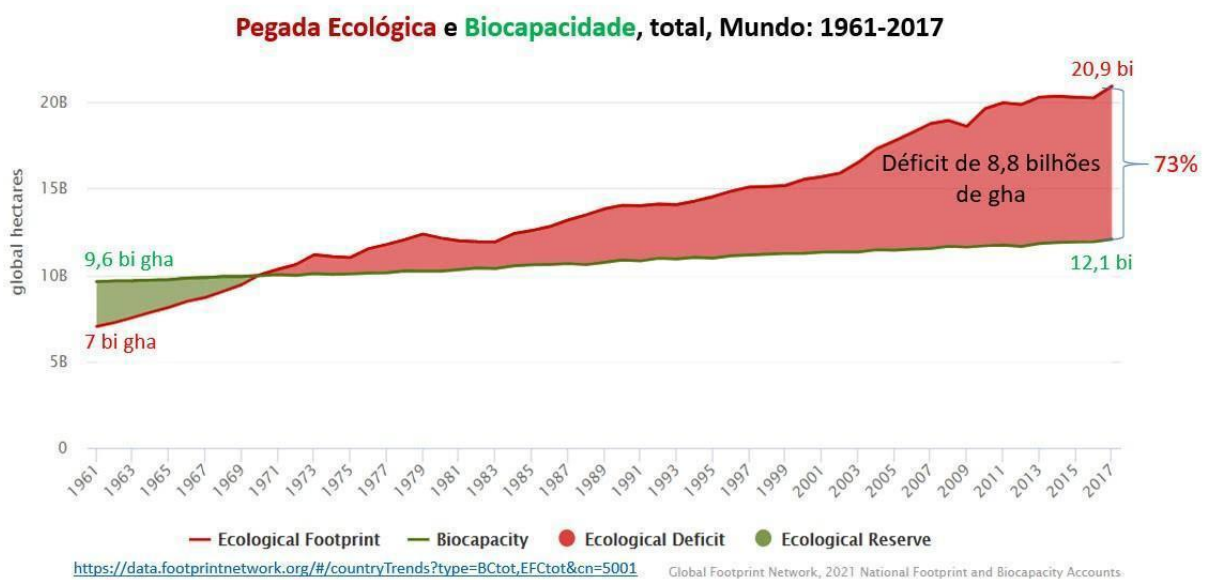


Fig 1. Gráfico mostra como a humanidade já ultrapassou a capacidade de carga do Planeta e a Pegada Ecológica já supera em 73% a Biocapacidade da Terra. Fonte: *Global Footprint Network*, 2021.

Segundo um artigo publicado pela revista *Science* (2015), a Terra já ultrapassou quatro das nove fronteiras planetárias. Isso se dá por conta das atividades humanas que levaram o planeta ao seu limite, causando mudanças climáticas, perda da biodiversidade e mudanças dos ciclos de nutrientes. Os limites planetários são propostos por cientistas para analisar o quanto os humanos ainda podem se “desenvolver” e “triunfar” pelas gerações porvir. Ao ultrapassá-los, o risco de mudanças climáticas irreversíveis é inevitável, o que aumenta o risco de uma existência precária para as gerações posteriores, diminuindo as condições de sobrevivência no ambiente.

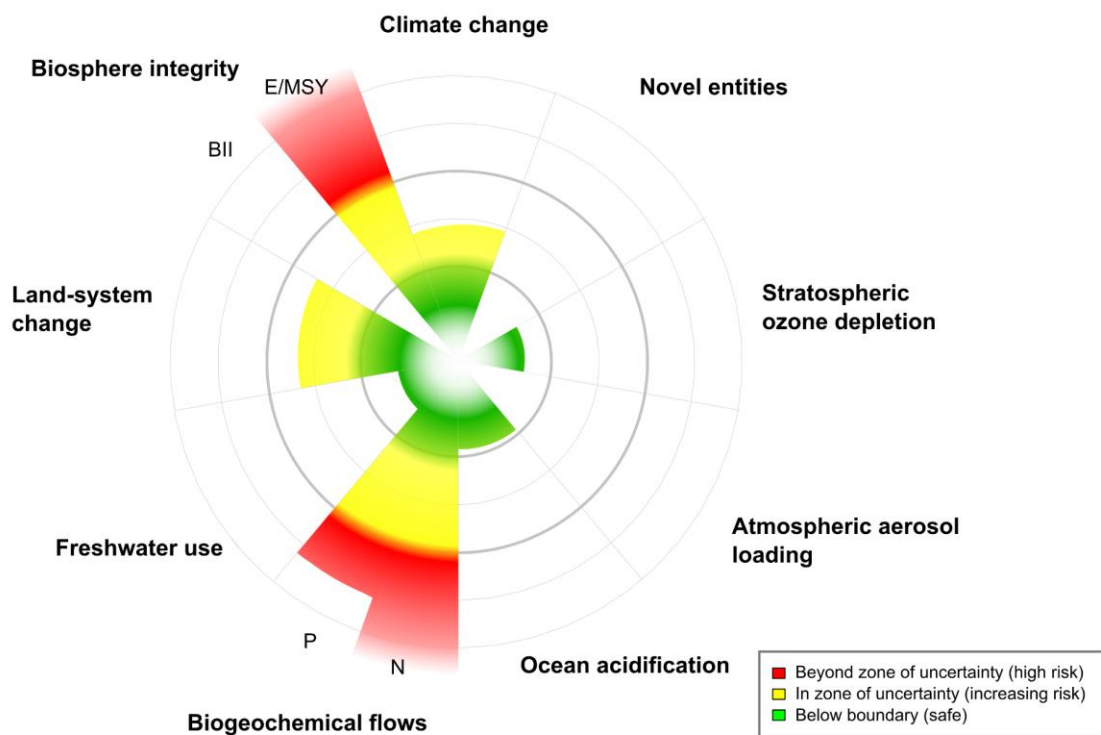


Fig 2. Status atual das variáveis de controle para sete dos nove limites planetários. Fonte: Persson; Ramanathan; Reyers; Sörlin (2015)

Um estudo recente realizado por 14 cientistas e publicado na revista *Environmental Science and Technology* (2022) concluiu que a humanidade excedeu os limites planetários mais



uma vez, com poluentes e outras “entidades novas”, incluindo o plástico. A magnitude do problema em que a humanidade se encontra com o escalonamento das crises climáticas obriga a sociedade como um todo a refletir a respeito do que está por vir e como reagir aos próximos eventos climáticos, não é mais uma questão apenas imagética, as catástrofes ambientais atingem a todos, conforme Latour (2019), "temos os mesmos inimigos e devemos responder às mesmas urgências".

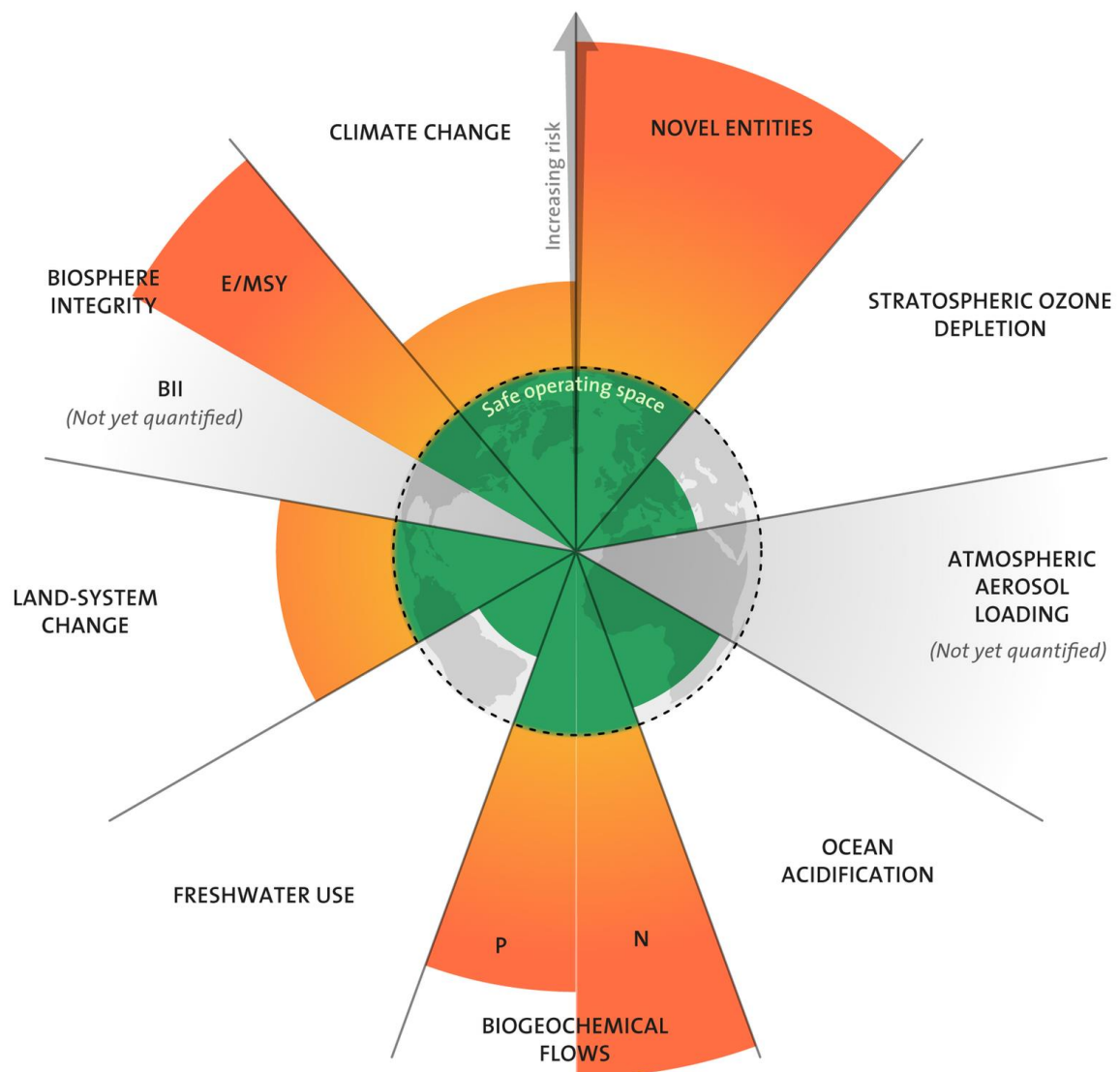


Fig 3. Fonte: "Azote for Stockholm Resilience Centre, based on analysis in Persson et al 2022 and Steffen et al 2015".

Em abril de 2022 houve uma reavaliação dos limites planetários demonstrando uma nova transgressão, dessa vez em relação ao ciclo da água, chamada de “freshwater”. O estudo



concluiu que a partir da inclusão da “*green water*” — água disponível para as plantas — na avaliação dos limites, é possível compreender os níveis de transgressão. A pesquisa publicada pela revista *Nature Reviews Earth & Environment* (2022) se baseia nas mudanças evidentes na umidade do solo entre os períodos pré-industrial e o Holoceno médio e a desestabilização de alguns processos ecológicos, bioquímicos e atmosféricos ocorridos nesses períodos, impulsionados pela “*green water*”.

Há, portanto, uma relação intrínseca entre o papel dos humanos e os eventos ocorridos a partir da compreensão das “pegadas humanas” e suas principais características que, como demonstram os estudos apresentados, têm ultrapassado os limites de uma sobrevivência “segura” no planeta. Segundo o Biólogo Edward Wilson (2014), com o crescimento da população os ambientes se modificam causando perdas e crises sem precedentes, às vezes sem chances de retorno. Para Wilson (2014), “conforme os habitats encolhem, a biodiversidade entra em colapso e o ecossistema todo falha”.

A grande aceleração causada pela modernidade, no âmbito da exploração dos recursos naturais pelas mãos dos humanos, trouxe consequências agressivas à biosfera terrestre. Essa mudança climática por conta das intervenções humanas gera uma nova forma de observar um novo estágio terrestre, alguns autores chamam essa Era de Antropoceno. Essa nova perspectiva cosmológica se afasta da ideia de que os humanos exerciam um papel diminuto, quase que invisível diante da escala gigantesca dos ciclos bioquímicos Junges (2021).

Conforme revelam os trabalhos de diversos autores de orientação decolonial, o conceito de Modernidade e, posteriormente, de Desenvolvimento surgiram como narrativa para legitimar tais impactos ambientais, econômicos e sociais, pois, ainda que as consequências fossem danosas, apontavam para o crescimento econômico, o avanço tecnológico e a civilização em contraponto à suposta selvageria dos povos colonizados. Os espanhóis foram os primeiros a tentar impelir seus sistemas de vida sobre outras nações, após as expansões ultramarinas, seguidos por outros países europeus. Maciel (2021).

No século XX, o histórico discurso do presidente norte-americano Harry Truman, em janeiro de 1949, marca o início de uma campanha política de escala global para garantir a perpetuação da hegemonia estadunidense que, após o final da Segunda Guerra Mundial, figurava como liderança entre as grandes potências. Inicia-se, assim, a Era do Desenvolvimento que consiste em “un programa audaz, que permita los beneficios de nuestros avances científicos



y nuestro progreso industrial sirvan para la mejoría y el crecimiento de las áreas subdesarrolladas”. (Esteva 1996: 53) Ou seja, ao adotar pela primeira vez o termo “subdesenvolvimento” neste contexto, Truman criou uma necessidade até então inexistente: a de escapar desse modo de viver indigno, uma vez que o parâmetro estabelecido passou a ser o norte-americano. Com isso, dois terços da população mundial deveriam seguir uma agenda homogeneizante, negando-se a diversidade dos povos, suas intenções e objetivos próprios. Nas palavras de Maciel (2021:26):

O mundo dito civilizado é atravessado pelo conflito dos interesses que tenta silenciar. Manipulando o ambiente entendido como um repositório de recursos, e reduzindo a ideia de valor à mera representação quantitativa da acumulação, teóricos e praticantes da forja da civilização relacionam bem o desenvolvimento, a técnica e as ciências formais e naturais. Mas não têm ouvidos para as humanidades. Com isso, gera-se um efeito de rebote: não se refletindo sobre as humanidades, elas estão fora de indicadores e cálculos.

Em contraponto a essa visão de mundo, surgem, em diversos países da América Latina, a partir da década de 1970, modelos de crítica ao desenvolvimento, apontando para uma nova racionalidade ambiental e uma visão pós-desenvolvimentista. Em uma primeira onda, argumenta-se que a crise ambiental não foi gerada pelo crescimento populacional, mas pelo consumo desenfreado nos países ricos e que, portanto, os setores abastados do planeta deveriam diminuir seu ritmo de consumo e de crescimento. Teóricos dessa corrente de pensamento também fazem críticas aos modelos de produção monoculturais e extrativistas “colocando em xeque, ao mesmo tempo, a visão antropocêntrica da natureza, baseada em uma ontologia dualista e hierárquica” Svampa (2021: 69).

Para a presente análise e compreensão dos impactos da Era do Antropoceno e das mudanças climáticas na vida de moradores de favelas na capital do Mato Grosso do Sul, faz-se necessário compreendermos como a racionalidade da agenda da Modernidade e do Desenvolvimento modelou a concepção e planejamento das cidades. O urbanismo científico surgiu aos finais do século XIX, com a pretensão de ser uma área do conhecimento “neutra”, sem a influência da subjetividade do profissional responsável pelo projeto. Assim, se a cidade era marcada por conflitos, então estes deveriam ser de responsabilidade de quem os vivenciava, uma vez que o planejamento urbano estava ancorado no tecnicismo científico. Román & Velásquez (2008).



Ao observarmos a história do urbanismo brasileiro a partir do período imperial, percebemos que a população negra foi excluída do projeto de formação das cidades, tendo a Lei de Terras de 1850 como marco legal da proibição de acesso dessa população à terra. Com isso, pós-abolição, o novo lugar do negro na sociedade passa a ser os espaços sem valor agregado: encostas, vales, manguezais, dentre outros. A mudança desordenada na organização social e econômica após a promulgação da Lei Áurea em 1888, fez surgir as primeiras favelas do país. Registros documentais dão conta de que o comportamento urbano negro no Brasil tem como característica marcante a manutenção de espaços para cultos religiosos e o cultivo da subsistência próximo à casa, traço presente até os dias atuais nas favelas e territórios majoritariamente negros. (Paula, 2019)

Podemos entender, portanto, que as favelas são, ao mesmo tempo, produto excedente de um sistema capitalista, patriarcal e eurocentrado, mas também se configuram como territórios de resistência, onde seus habitantes encontram possibilidades de vivência em comunidade, estabelecem relações de solidariedade, vivenciam suas práticas religiosas e culturais que costumam não ser aceitas e integradas à cultura hegemônica, conforme nos apontam Meirelles; Athayde (2014) e Souza (2020). Para Maciel (2021: 24), “(...) entendemos esta ancestralidade a partir da ideia de espaços, experiências e pensamentos anteriores ou paralelos, não alinhados com a técnica e com o desenvolvimento, nem separados do seu ambiente nutriz”. Portanto, entendemos, neste trabalho, que as favelas se configuram como territórios que abrigam, historicamente, populações tradicionais que não encontraram outras possibilidades de habitar no plano diretor oficial das cidades.

Na arena da economia global, o estado de Mato Grosso do Sul ocupa o lugar de exportador de *commodities*, tais como — soja, algodão, milho, celulose, açúcar, dentre outros, para as grandes potências globais. O *agrobusiness* representa 30% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado, tendo a agropecuária como uma das principais atividades econômicas Estado de Mato Grosso do Sul (2023).

Desde a sua criação, após a homologação da Lei Complementar nº 31, de 2 de janeiro de 1979, o Mato Grosso do Sul foi celebrado como o estado das oportunidades de desenvolvimento e do futuro. Essa narrativa esteve presente tanto nos discursos políticos, a exemplo do então presidente militar Ernesto Geisel, como nas publicações de jornais. Nas campanhas populares — lideradas pela elite agropecuária — que advogavam pela divisão de



Mato Grosso (o maior Estado em território do Brasil à época), era possível identificar a relação de dependência e exploração entre Norte e Sul do Estado. Os slogans “Multiplicar para dividir” e “O Norte suga o Sul” revelavam que havia uma desproporção na distribuição da riqueza, uma vez que o Sul era o principal responsável pela atividade econômica da região, mas recebia uma menor parcela de investimentos públicos, além de gozar de pouco protagonismo nas decisões políticas Bittar (1999).

Esse novo Estado de oportunidades, atraiu migrantes de diversas regiões do país e causou um êxodo rural significativo. O Censo Demográfico de 1980 apontava que a população rural na região da nova capital, Campo Grande, havia reduzido de 44,6% para 16,6%, em relação ao Censo de 1960. A população urbana, por sua vez, havia saltado de 75% para 97% Bittar (1999). Mais uma vez, uma mudança estrutural significativa, desencadeada pela promulgação de uma lei, mas sem planejamento social, levou ao processo de favelização. Na década de 1980, Campo Grande viu crescer consideravelmente o número de favelas, chegando a contar com 102, passando a ser conhecida como a “Cidade Sem-Teto” por publicações como as do jornal Correio do Estado.

Com o passar do tempo, a cidade passou por diferentes fases de planejamento urbano e desfavelização, que pouco contavam com a participação popular. Após uma intensa e persistente campanha política ao final da década de 1990 e meados dos anos 2000, Campo Grande mudou drasticamente seu status e chegou a ser conhecida como “A Primeira Capital Sem Favela”, como apontam diversas reportagens escritas por Maisonnave (2003) no jornal Folha de São Paulo (2004), pelas jornalistas Conceição e Brito (2011) no jornal Campo Grande News e pelo Correio do Estado (2022). Percebemos no discurso de gestores municipais desse período que o projeto, para atingir tal feito, consistia na construção de conjuntos habitacionais que poderiam chegar a 3000 loteamentos, às margens da cidade e que nem sempre contavam com infraestrutura de escolas, hospitais, parques e praças, e nem mesmo asfaltamento. Ou seja, o projeto não abarcava soluções para melhorar a qualidade de vida desse grupo populacional, de modo a garantir o pleno exercício de direitos e de cidadania, mas sim medidas para acabar com as moradias improvisadas e ocupações irregulares que incomodam visualmente e não representam recolhimento de impostos para o município, o que caracteriza um projeto higienista.



O discurso que transformou o slogan político em mito foi reforçado pelo Censo Demográfico (2010) que identificou apenas três favelas na capital. Nesse contexto, em 2012, a organização não-governamental Central Única das Favelas — CUFA, criada ao final dos anos 1990 no Rio de Janeiro e presente em todo o território nacional, chegou a Campo Grande com projetos culturais, esportivos, humanitários e de empreendedorismo e identificou a presença de seis favelas Correo do Estado (2022). Após diferentes ciclos econômicos e políticos que aumentaram a inflação e levaram a população ao empobrecimento, dados da mesma organização indicaram um aumento significativo de favelas no período de quase 10 anos, saltando para 38 em 2021 Correo do Estados (2021). Nas palavras de Santos (1998: 157): “A recessão, que aparece como um remédio indicado para a solução das crises, é, por natureza, um lugar de gravação das desigualdades, em que os mais fracos são colocados em posição ainda mais frágil”.

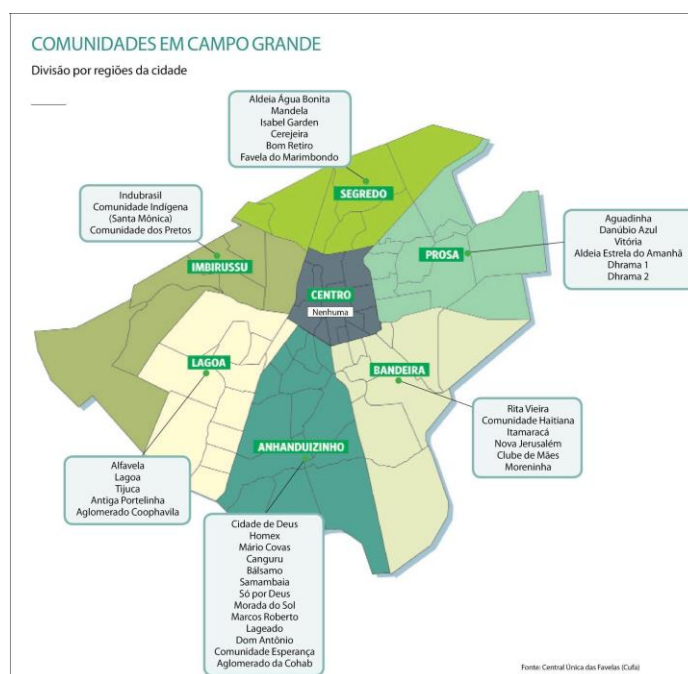


Fig. 4 Mapa de Favelas da cidade de Campo Grande - MS. Créditos: Central Única das Favelas - MS. In: Correo do Estado (2022)

O mapa apresentado deve ser lido também com a sensibilidade para o aumento da vulnerabilidade dos moradores desses territórios, diante de condições de moradia precárias, como barracos improvisados, construídos com madeirite, lonas e outros materiais encontrados no descarte, erguidos em Áreas de Preservação Permanente (APPs), muito próximos a rios,



áreas de tratamento de esgoto, em pequenos barrancos de terra ou regiões sem asfaltamento. Durante o período de chuvas, ficam sujeitos ao alagamento e perda de alimentos, móveis, eletrodomésticos, dentre outros bens materiais, além de estarem expostos à contaminação, doenças e terem seus direitos básicos feridos. Entre os anos de 2021 e 2023, a CUFA - CG - MS realizou campanhas emergenciais para arrecadação de doações com vistas a restabelecer o mínimo perdido pelos moradores, conforme noticiado em diferentes veículos de mídia - G1 (2021), Primeira Página (2022) e Midiamax (2023).

Em uma conferência organizada pelo então senador Abdias Nascimento, o geógrafo Milton Santos (1998) levanta um importante debate sobre a possibilidade ou impossibilidade do exercício da cidadania no Brasil, com especial enfoque à população negra e conclui que, no país, o modelo cívico está subalternizado ao modelo econômico e que a cidadania foi substituída pelo consumo. Sendo assim, orientar os objetivos nacionais para o crescimento econômico significa precarizar a vida dos negros e dos pobres, pois em suas palavras: “o mundo que se está instalando não se preocupa com a difusão do bem-estar da sociedade como um todo, mas prefere concentrá-lo em certas partes da sociedade e convidar as demais a aceitar o peso da propaganda” (Santos, 1998: 156). Essas palavras vão ao encontro do que propõe Latour (2020) ao alertar para a necessidade de uma nova cosmologia inclusiva e da crítica ao desenvolvimento levantada por diversos autores como Wolfgang Sachs, Arturo Escobar, Vandana Shiva e de autores indígenas como Davi Kopenawa, Ailton Krenak e Daniel Munduruku.

É evidente que há uma perturbação que mobiliza o sistema da Terra gerando cenários catastróficos, como as chuvas em alta escala — que provocam deslizamentos, enchentes, que matam milhares de pessoas por ano — além das queimadas que atingem diversos lugares do mundo (inclusive o Pantanal⁶), e crises sanitárias, como a Covid-19. Um balanço das chuvas entre dezembro de 2022 e fevereiro de 2023, realizada pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), registrou um total de chuva de 990,6 mm, um valor de aproximadamente 212,5 mm acima da média meteorológica, que é de 778,1 mm.

⁶ Segundo o relatório geral de 2020 do Ministério Público dos Estados de Mato Grosso do Sul (MPMS) e Mato Grosso (MPMT), cerca de 60% dos focos de incêndios no Pantanal tem ligação com atividades agropastorais. Muito dessas queimadas, que destroem diversas camadas do bioma, como já observado anteriormente no texto que são causadas por atividades humanas. Entre janeiro e novembro de 2020, cerca de 4,5 milhões de hectares do Pantanal foram devastados pelas queimadas. Disponível em: <https://www.mpms.mp.br/noticias/2021/04/relatorio-aponta-que-quase-60-dos-focos-de-incendios-no-pantanal-em-2020-tem-probabilidade-de-ligacao-com-atividades-agropastoris>. Acesso em: 15 mar. 2023.

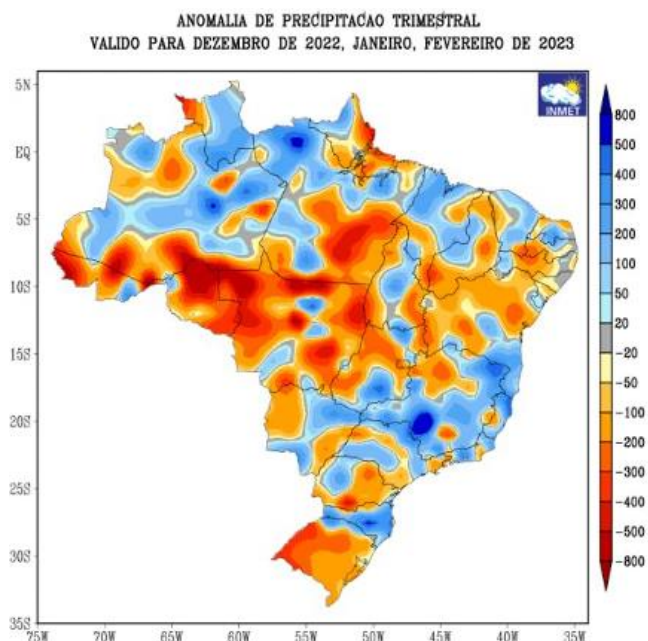


Fig 5. Anomalias ou desvios de precipitações (chuva) observadas entre Dezembro/2022 e Janeiro/2023. Fonte: INMET

Outro balanço realizado em março deste ano (2023), pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), evidencia que as condições do tempo em fevereiro de 2023 em Campo Grande (MS), está em 66% acima do valor da Normal Climatológica (média) para a estação que é de 176 mm, registrando, portanto, uma média de 242,2 mm no mês de fevereiro.

Precipitação Pluviométrica Mensal (mm)													
	2022											2023	
	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
Registro (mm)	73,2	211,0	90,0	56,4	108,0	n/d	n/d	174,2	110,2	87,6	178,6	328,6	242,2
Normal (mm)	176,0	149,6	89,4	88,2	47,4	35,7	45,5	77,6	150,6	163,9	206,0	225,4	176,0
Desvio (mm)	-102,8	61,4	0,6	-31,8	60,6	n/d	n/d	96,6	-40,4	-76,3	-27,4	103,2	66,2
Desvio (%)	-58%	41%	1%	-36%	128%	n/d	n/d	124%	-27%	-47%	-13%	46%	38%

Em amarelo (azul), valores climatologicamente significantes abaixo (acima) da Média.

Tabela 1: Comparação da precipitação dos últimos meses com a Normal Climatológica (1981-2010) para a estação do Inmet em Campo Grande (MS) (Código OMM 86810 e 83611).

O Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulgado em 2021 deixa um alerta sobre as mudanças climáticas e o desafio de limitar o aquecimento global e outras catástrofes climáticas. Segundo consta neste relatório, desde a era pré-industrial, a humanidade já emitiu 2,4 trilhões de toneladas de CO₂. Cerca de 58% desse CO₂ foi emitido entre 1850 e 1989, e 42% entre 1990 e 2019. E 17% de todo esse



carbono foi lançado no ar só na última década. As emissões de gases de efeito estufa também tiveram o maior crescimento da história humana, na última década. Cerca de 9,1 bilhões de toneladas a mais que na década anterior, só em 2019 foram 59 bilhões de toneladas de emissões.

Ainda segundo o sexto relatório do IPCC (2021), para que a humanidade tenha uma provável chance (50%) de estabilizar o aquecimento global em 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, é necessário que as emissões de gases de efeito estufa caiam em 43% até 2030, porém o cenário mostra uma outra realidade, desde 2010 as emissões cresceram 12%. As cidades são as principais emissoras de CO₂ e, conseqüentemente, a principal preocupação apresentada no relatório do IPCC.

Esses estudos demonstram que o papel do homem foi fundamental para a mudança desenfreada do clima global no nível em que ela se encontra, trazendo à superfície alguns meios possíveis para se evitar algumas dessas catástrofes a longo prazo. Há, portanto, evidências apresentadas no relatório do IPCC (2021) de que a ação humana interfere na “vida” do planeta, e que essas interferências — como a emissão de gases de efeito estufa (GEE) originados principalmente pela queima de combustíveis fósseis — têm causado mudanças climáticas extremas e irreversíveis. As modificações no uso e na cobertura da terra por meio da agricultura e expansão territorial também têm interferido no estado do solo, no seu escoamento e sua manutenção, gerando, a partir disso, a degradação do bioma e mudanças climáticas generalizadas e irreversíveis.

As mudanças climáticas também causam profundo impacto na agricultura e na produção de grãos, o que reflete na inflação do preço de alimentos e no aumento da insegurança alimentar, que atinge especialmente as populações pauperizadas e habitantes de periferias, com destaque às mulheres negras. De acordo com BRAUNNER & GRAFF (2015: 378):

Entre as atividades relacionadas à produção de alimentos, a agricultura é uma das mais vulneráveis à degradação ambiental, por depender diretamente dos sistemas ecológicos e dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, a produção primária de alimentos está intimamente relacionada à segurança alimentar e nutricional do ser humano, sendo foco de grandes interesses econômicos.

Diante desse cenário, devemos trazer à cena o conceito de racismo ambiental. Surgido nos Estados Unidos na esteira da luta por direitos civis e ambientais, liderados por Martin Luther King Jr., o movimento negro norte-americano contestava a poluição industrial em áreas ocupadas por descendentes da diáspora africana. De acordo com Filgueira (2021: 189):



É um objeto de estudo da ecologia política, área do saber dedicada ao exame dos conflitos sócio-ambientais. O esforço dos pesquisadores é o de, a partir da constatação do quadro de desigualdades habitacionais, mapear quem são os grupos alijados de direitos sócio-espaciais e o de auxiliar, por meio desse diagnóstico, no seu acesso à terra.

Há um sistema político que regula todos os corpos e seus territórios que foi estruturado historicamente a partir da colonização e ele permanece vigente até hoje dentro do espaço urbano.

Considerações finais

O que apresentamos neste artigo foi uma crítica à agenda do desenvolvimento moderno que, ao invés de promover inovações tecnológicas que caminham em conjunto com o meio ambiente proporcionando uma melhor qualidade de vida, promove a destruição dos biomas causando impactos irreversíveis ao planeta, além das desigualdades, negando as contradições e sem uma orientação ao estado de Bem Viver.

A crise ambiental climática não se trata apenas de uma questão ecológica, que recai sobre o planeta de maneira natural, mas sim de uma crise civilizatória, que coloca em risco a vida em comunidade. É necessário promover e assumir uma outra forma de existência terrestre que identifique a zona crítica da sociedade, incluindo as desigualdades econômicas e sociais com o intuito de mitigar outras crises futuras.

À luz do que foi tratado neste artigo, podemos concluir que a modernidade possui um discurso de progresso e desenvolvimento que não cabe mais na conjuntura dos modos de existência atual. Toda essa forma de desenvolvimento causador de crises está assentada sob o mando do Estado biopolítico cujo núcleo de seu discurso é a inovação sem limites e análises de como esta forma de desenvolvimento afeta os recursos biológicos da terra.

A realidade em que a sociedade “moderna” se encontra está passando por diversas crises e precisa de espaços para reescrever sua história, com suas formas resistências a esse modelo que destrói mais do que constrói uma sociedade, abrindo possibilidades de escuta e sensibilidade para as vivências das populações que vivem nas periferias do capitalismo, assim como dos povos indígenas e povos originários, que há séculos organizam-se em modelos de cooperação e solidariedade, além de deterem conhecimentos ancestrais para preservação e convivência com a natureza.



Referências bibliográficas

BITTAR, Mariluce. 1999. “Da Promoção à Assistência Social: Campo Grande na luta pela cidadania”. In: CUNHA, Francisco. *Campo Grande 100 anos de construção*. Campo Grande, Matríz Editora, p. 237-53.

BRAUNNER, Maria; GRAFF, Laíse 2015. Segurança alimentar e produção agrícola: reflexões sob a ótica da justiça ambiental. *Veredas do Direito — Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, Caxias do Sul, 12(24): 375-400.

CONCEIÇÃO, Edmir.; BRITO, Marco. 2011. *Campo Grande será primeira capital do país sem favelas, comemora André*. Campo Grande News. Campo Grande, 03/09/2011. Política. In: <https://www.campograndenews.com.br/politica/campo-grande-sera-primeira-cidade-do-pais-sem-favelas-comemora-andre> (acessado em: 15 de março de 2023).

CRUTZEN, Paul J; STOERMER, Eugene F. ““The ‘Anthropocene’” (2000)”. *The Future of Nature: Documents of Global Change*, edited by Libby Robin, Sverker Sörlin and Paul Warde, New Haven: Yale University Press, 2013, pp. 479-490. <https://doi.org/10.12987/9780300188479-041>

PAULA, Tainá. (2019). *Diáspora Urbana: as cidades reescritas*. Arqúitetas Negras (1ª edição, 24-35). Fundo para a Equidade Racial.

CORREIO DO ESTADO. (2022). *Esforços políticos de candidatos não transformaram campo grande em “capital sem favela”*. Campo Grande, 30/08/2022. Política: Correio Explica. In: <https://correiodoestado.com.br/politica/esforcos-politicos-de-candidatos-nao-transformaram-campo-grande-em-ca/404327/> (acessado em: 15 de março de 2023).

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. *Economia de MS*. In: <http://www.ms.gov.br/a-economia-de-ms/> (acessado em: 15 de março de 2023).

ESTEVA, Gustavo. 1996. “Desarrollo”. In: SACHS, Wolfgang. *Diccionario del desarrollo: una guía del conocimiento como poder*. Peru, PRATEC, p. 52-78.

FILGUEIRA, Andre 2021. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, 15(2): 186–201.

FONTOURA, Renata. 2022. *CUFA pede doações a famílias de três bairros: CUFA - CG (Central Única das Favelas de Campo Grande) pede alimentos, roupas, lonas e madeiras para os barracos destruídos*. Primeira Página, Campo Grande, 14/11/2022. Cidadania. In: <https://primeirapagina.com.br/cidadania/cufa-pede-doacoes-a-familias-de-3-bairros-em-campo-grande/> (acessado em: 15 de março de 2023).

GODOY, Thalya. 2023. *Com alta demanda, CUFA arrecada alimentos e materiais de construção para atingidos pela chuva: Entidade atende 39 favelas da Capital e mais de 100 famílias procuraram a CUFA para pedir ajuda*. Midiamax, Campo Grande, 16/03/2023.



Cotidiano. In: <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2023/com-alta-demanda-cufa-arrecada-alimentos-e-materiais-de-construcao-para-atingidos-pelas-chuvas/> (acessado em: 15 de março de 2023).

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. 2010. *National Footprint Accounts*, 2010 Edition. In: www.footprintnetwork.org. (acessado em: 15 de março de 2023).

INMET - Verão 2022 - 2023: balanço da estação. In: <https://portal.inmet.gov.br/noticias/verao-2022-2023-balanco-da-estacao> (acessado em: 15 de março de 2023).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. In: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9678&t=notas-tecnicas>. (acessado em: 15 de março de 2023).

JUNGES, José. 2021. O novo regime climático do Antropoceno e de Gaia. *Revista Bioética*, 29(4), 734–742. <https://doi.org/10.1590/1983-80422021294507>

LATOUR, Bruno. 2020. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. São Paulo, UBU Editora.

LATOUR, Bruno. 2019. *Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos*. Trad. Alexandre Agabiti Fernandez. Petrópolis, Vozes (Coleção Antropologia).

MACIEL, Josemar. 2021. Para Deter Gargantua: uma exploração sobre a potência da crítica decolonial. *Rev. Polis e Psique*, Porto Alegre, 11:22-45. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.107996>.

MAISONNAVE, Fabiano. 2003. *Em Campo Grande, Puccinelli diz que reduzir déficit habitacional é prioridade; modelo é criticado: prefeito diz que acabará com favelas até 2004*. Folha de São Paulo. São Paulo, 20/01/2003. Entrevista da 2ª. In: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2001200314.htm> (acessado em: 15 de março de 2023).

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso 2014. *Um País Chamado Favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira*. São Paulo, Editora Gente.

MOREIRA, Rafaela. 2021. *Em 10 anos, Campo Grande aumenta número de favelas e hoje tem 38 ocupações: em 2011, prefeitura estimava ter 16 ocupações e atualmente já contabiliza crescimento de 57%*. Correio do Estado. Campo Grande, 25/10/2021. In: <https://correiodoestado.com.br/cidades/em-10-anos-campo-grande-dobra-numero-de-favelas-e-hoje-tem-38-ocupaco/392514/> (acessado em: 15 de março de 2023).

ORGANIZACIÓN METEOROLÓGICA MUNDIAL. *Estado del clima en 2021: los fenómenos extremos y sus principales repercusiones*. In: <https://public.wmo.int/es/media/comunicados-de-prensa/estado-del-clima-en-2021-los-fenomenos-extremos-y-sus-principales> (acessado em: 15 de março de 2023).



STEFFEN, Will et al., Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. *Science* 347,1259855(2015). DOI:10.1126/science.1259855

RICALDE, Debora. 2021. *Temporal provoca estragos em favela de Campo Grande e CUFA pede doações para as famílias atingidas: a forte enxurrada entrou em barracos da comunidade Alfavela, em Campo Grande*. G1, Campo Grande. Mato Grosso do Sul. <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2021/01/13/temporal-provoca-estragos-em-favela-de-campo-grande-e-cufa-pede-doacoes-para-as-familias-atingidas.ghtml>. (acessado em: 15 de março de 2023).

ROMÁN, Marta.; VELÁSQUEZ, Isabela. 2008. *Guía de urbanismo con perspectiva de género*. Murcia, Printcolor.

SANTOS, Milton. 1998. As exclusões da globalização: pobres e negros. *Thoth*, (4): 147-160.

SOUZA, Renata. (2020). *Cria da Favela*. São Paulo, Boitempo.

SCHELLNHUBER, Hans. 1999. ‘Earth system’ analysis and the second Copernican revolution. *Nature* 402 (Suppl 6761), C19–C23. <https://doi.org/10.1038/35011515>.

SVAMPA, Maristella. 2021. “A crítica latino-americana ao desenvolvimento”. In: KOTHARI, Ashish. et al. *Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento*. São Paulo, Elefante.

TSING, Anna. 2019. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília, IEB Mil Folhas.

VEIGA, José. 2019. *O antropoceno e a ciência do sistema terra*. São Paulo, Editora 34.

WATSON Robert, et al. (1990). in *Climate Change. The IPCC Scientific Assessment*. HOUGHTON, J. T., JENKINGS, G. J. EPHRAUMS J. J. EDS. Cambridge University Press.